

Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

CNPJ/ME nº 23.776.376/0001-98

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021							
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)							
	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	30.178	27.212	Fornecedores	9	1.456	137
Conta bancária vinculada	6.1	12.020	-	Empréstimos e financiamentos	11	31.851	8.191
Concessionárias e permissionárias	7	22.287	-	Obrigações a pagar	12	1.977	284
Impostos a recuperar	4	4.033	3.029	Taxas regulamentares		745	-
Ativo de contrato	8	61.181	108.759	Partes relacionadas	10	619	82.128
Outros créditos		216	171	Dividendos a pagar	13	14.495	-
		129.915	139.171	Provisões	9	305	1.845
						51.448	92.585
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Aplicação financeira vinculada	6.2	18.117	-	Empréstimos e financiamentos	11	799.593	687.521
Ativo de contrato	8	1.671.136	1.520.985	Pis e cofins diferido	12	160.167	150.752
		1.689.253	1.520.985	IR e CS diferido	12	228.068	195.941
						1.187.828	1.034.214
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	13	172.750	153.001
				Reserva de lucros	13	407.142	380.356
						579.892	533.357
						1.819.168	1.660.156
<b>Total do ativo</b>		<b>1.819.168</b>	<b>1.660.156</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
Demonstração das mutações do patrimônio líquido em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 / (Em milhares de reais)							

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	133.001	10.378	241.256	384.635
Integração de capital	13	20.000	-	-	20.000
Lucro do exercício	-	-	-	128.122	128.122
Destinação de lucro a:					
Reserva legal	-	-	6.406	-	6.406
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	121.716	121.716
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13	153.001	17.384	362.972	533.357
Integração de capital	-	19.749	-	(19.749)	-
Lucro do exercício	-	-	-	61.030	61.030
Destinação de lucro a:					
Reserva legal	-	-	3.052	-	3.052
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(14.495)	(14.495)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	(43.484)	(43.484)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	172.750	20.436	386.706	579.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional**

A Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. ("Companhia ou Transmissora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de dezembro de 2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Através do Despacho 2.902, de 17 de setembro de 2021, ficou consignado a aprovação de pedido de anulação prévia de transferência de controle societário da Cymí Construções e Participações S.A. para Brasil Energia e Fundo de Investimento em Participações Multistratégia, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com isso, em 24 de dezembro de 2021, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social ("Ações da Requerente") da Cymí Construções e Participações S.A. para Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multistratégia, conforme livro de transferência de ações arquivados na Companhia sendo celebrado nesta mesma data o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, (Share Purchase and Sale Agreement and Other Covenants - "SPA" ou "Contrato") dentro de outros documentos. **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro de 2017, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na exploração, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • LT 500 kV Rio das Águas - Arinos 2 C1 - 230 km; • LT 500 kV Arinos 2 - Pirapora 2 C1 - 221 km; • SE 2.500 kV Arinos. Em 3 de março de 2021 o projeto foi 100% energizado e disponibilizado para operação comercial, sendo obtido seus respectivos TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em 9 de março de 2021 retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (3 de março de 2021). Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL, e proporcional ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional; • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida; • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financiamentos, programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo com o objetivo de pesquisa e desenvolvimento de instituições financeiras contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional; • Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **1.2. Impactos do COVID-19:** Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção para seus colaboradores e comunidades que atua, visando a continuidade operacional de sua linha de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias. A partir de outubro de 2021 os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram o retorno ao trabalho presencial na modalidade Híbrido, seguindo os protocolos de cidades e prevenção à COVID-19, de acordo com o plano das autoridades presenciais, suas principais orientações são: reavaliamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias presenciais e dois em home office (trabalho remoto); uso obrigatório de máscaras; distanciamento nas estações de trabalho e demais ambientes (cozas, banheiros) e restrições de utilização de salas de reunião enquanto perdurar o alerta contra o COVID-19. A Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de objeção do público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2. Base de preparação**

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações referentes às demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 21 de junho de 2022. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.2. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 17 de Instrumentos Financeiros. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receitas, despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Por definição, as estimativas contidas nos resultados, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativo de contrato (nota explicativa nº 3.5 e nº 8) - critério de apuração e remuneração do ativo de contrato; • Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.6 e nº 12) - reconhecimento e mensuração; • Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.7 e nº 20) - reconhecimento e mensuração; • Estimativas e premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **3.1. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de deferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, a opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos não circulantes são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.3. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: a) *Ativos financeiros:* Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros ativos financeiros, bem de outros créditos reversíveis em caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. i) *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro sob o custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa*

*contratuais são somente pagamentos de principal e juros:* Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo; e custos de transação são custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas:* *Ativos financeiros ao VJR:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Instrumentos de dívida ao VJORA:* Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros com esta característica. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os fluxos de caixa contratuais do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. b) *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo líquido das despesas de vendas é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, com destaque para cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: i) Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; ii) Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; iii) Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; iv) O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; v) Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; vi) Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; vii) Dados observáveis indicando que o desempenho econômico do ativo é inferior ao que se esperava. As alterações de valor são reconhecidas no momento da perda de valor recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou teste completo de impairment para seus ativos. **3.5. Ativo de contrato:** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 - Receita de contrato com clientes. Com isso, os investimentos passam a ser classificados como um "Ativo de contrato". As receitas resultantes do risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (i) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. (ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47 e do CPC48 que foram observados na elaboração das demonstrações financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis: (i) A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. (ii) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir: Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos agentes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IR") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente observando o regime de competência e a legislação aplicável, com base na área de Superintendência de Desempenho do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para abateção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos:* O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e de CS correntes. A probabilidade de recuperação destas saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por direito por abateção de prejuízo ou aumento de capital social, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. *Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:* A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **3.9. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	14	222.274	358.746
Custo	15	(18.474)	(136.706)
Lucro bruto		203.800	222.040
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(6.625)	(533)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		197.175	221.507
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		1.800	1.486
Despesas financeiras		(105.526)	(28.869)
		(103.726)	(27.383)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		93.449	194.124
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(29.275)	(29.275)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	(32.127)	(66.002)
Lucro líquido do exercício		61.030	128.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		61.030	128.122
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do exercício		61.030	128.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
	(representado)		

Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	93.449	194.124
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Receita de construção - Ativo de contrato	(23.284)	(206.479)
Remuneração do ativo de contrato	(223.771)	(188.833)
Receita de O&M	(5.782)	-
Outras receitas	6.053	-
Impostos diferidos	9.415	36.567
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	116.920	28.906
Amortização dos custos de transação	820	1.780
Provisões	(1.540)	(8.278)
Lucro ajustado	(28.350)	(142.213)
Variações nos ativos e passivos:		
Partes relacionadas	(81.509)	(42.926)
Concessionárias e permissionárias	(22.287)	-
Ativo de contrato	144.211	-
Adiantamentos diversos	-	90
Tributos a recuperar	(1.004)	(355)
Despesas antecipadas	(45)	-
Fornecedores	1.319	(7.273)
Taxas regulamentares	745	-
Obrigações fiscais	1.562	(2.229)
	42.966	(52.693)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(161)	-
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) das atividades operacionais	14.481	(194.906)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	20.000
Captação de empréstimos e financiamentos	41.000	126.192
Contas bancárias vinculadas	(12.020)	-
Aplicação financeira vinculada	(18.117)	-
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(10.240)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(12.129)	-
Custos de transação na captação de empréstimos e financiamentos	-	(3.852)
Fluxo de caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	(11.515)	142.340
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	2.966	(52.566)
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	30.178	27.212
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	27.212	79.778
Variação do saldo de caixa	2.966	(52.566)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser aquele no qual a transação para vender o ativo ou passivo é mensurada com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima apresentado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **3.10. Encargos setoriais:** a) *Pesquisa e Desenvolvimento (P&D):* Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São

Continuação

	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021				
	(originalmente apresentado)		(reapresentado)				
Variações nos ativos e passivos:							
Partes relacionadas	(81.509)	-	(81.509)				
Concessionárias e permissionárias	(22.287)	-	(22.287)				
Ativo de contrato	144.211	-	144.211				
Adiantamentos diversos	-	-	-				
Tributos a recuperar	(1.004)	-	(1.004)				
Despesas antecipadas	(45)	-	(45)				
Fornecedores	1.319	-	1.319				
Taxas regulamentares	745	-	745				
Obrigações fiscais	1.401	161	1.562				
	42.831	161	42.992				
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(161)	(161)				
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) das atividades operacionais	(2.785)	17.266	14.481				
Atividades de financiamentos							
Aumento de capital	-	-	-				
Captação de empréstimos e financiamentos	35.888	5.112	41.000				
Contas bancárias vinculadas	(12.020)	-	(12.020)				
Aplicação financeira vinculada	(18.117)	-	(18.117)				
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	-	(10.249)	(10.249)				
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-	(12.129)	(12.129)				
Custos de transação na captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-				
Fluxo de caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	5.751	(17.266)	(11.515)				
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	2.966	-	2.966				
Caixa e equivalentes caixa no fim do exercício	30.178	-	30.178				
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	27.212	-	27.212				
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.966	-	2.966				
b) Movimentação de empréstimo							
31/12/2021 (originalmente apresentado)							
Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Custo de transação	Amortização de juros	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2021		
BNDES Subcrédito A	347.856	17.944	49.512	410	-	415.722	
BNDES Subcrédito B	347.856	17.944	49.512	410	-	415.722	
Total	695.712	35.888	99.024	820	-	831.444	
31/12/2021 (reapresentado)							
Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Custo de transação	Amortização de juros	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2021		
BNDES Subcrédito A	347.856	20.500	58.106	410	(6.406)	(6.057)	414.409
BNDES Subcrédito B	347.856	20.500	58.184	410	(3.843)	(6.072)	417.035
Total	695.712	41.000	116.290	820	(10.249)	(12.129)	831.444
c) Movimentação em 2020							
Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2019	Adições	Juros amortizados	Juros amortizados	Saldo em 31/12/2020		
BNDES Subcrédito A	271.343	63.096	14.453	(1.036)	-	347.856	
BNDES Subcrédito B	271.343	63.096	14.453	(1.036)	-	347.856	
Total	542.686	126.192	28.906	(2.072)	-	695.712	
(*) O total de 1.780 refere-se aos custos de transação amortizados no ano. E o total de (3.852) refere-se ao custo de captação das liberações do ano. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): Com o objetivo de liquidar todos os empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto Veredas, em 11 de julho de 2019 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de financiamento de longo prazo com taxas mais estáveis, portanto tocando o perfil de endividamento de exibições circulares para não-circulante. Em 23/08/2019, tivemos a liberação dos subcréditos A e B, no valor de R\$ 400.000, em 14/11/2019 tivemos a liberação dos subcréditos A2 e B2, no valor de R\$ 50.000, e em 23/12/2019 tivemos a liberação dos subcréditos A3 e B3, no valor de R\$ 100.000, cada um. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência, contudo não aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em função da fase de maturação dos projetos, sendo exigíveis apenas a partir dos próximos exercícios. No dia 16 de março de 2021, a Companhia recebeu o desembolso dos subcréditos A4 e B4 no limite de R\$ 17.944 cada um. Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:							
31/12/2021							
2021	-	-	-	-	8.191		
2022	-	-	-	-	31.851	24.933	
2023	-	-	-	-	32.399	-	
2024	-	-	-	-	32.971	-	
Após 2024	-	-	-	-	752.079	681.266	
Total BNDES	-	-	-	-	849.300	714.390	
(-) Custo de transação a amortizar	-	-	-	-	(17.856)	(18.678)	
Total das obrigações	-	-	-	-	831.444	695.712	
12. Impostos diferidos							
12.1. PIS e COFINS diferidos							
Instituições financeiras	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020	Movimentação	31/12/2019		
PIS diferido	28.570	1.679	26.891	6.523	20.368		
COFINS diferido	131.597	7.736	123.861	30.044	93.817		
Total	160.167	9.415	150.752	36.567	114.185		
12.2. Imposto de renda e contribuição diferido							
Instituições financeiras	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020	Movimentação	31/12/2019		
Ativo/passivo	-	-	-	-	-		
Prejuízo fiscal/Base negativa	(18.643)	(221)	(18.422)	(9.491)	(8.331)		
Lucro diferido da construção	9.836	(27)	9.863	1.589	8.274		
Receita de ativo financeiro/AVP	97.775	22.192	75.583	47.480	28.103		
Ajuste CPC 47	139.100	10.183	128.917	26.424	102.493		
Total não circulante	228.068	32.127	195.941	66.002	129.939		
Ativo	(18.643)	-	(18.422)	-	-		
Passivo	246.711	-	214.364	-	-		
Total ativo/passivo diferidos	228.068	-	195.941	-	-		
A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 6 anos:							
Períodos							
2021	-	-	-	-	3.004		
2022	-	-	-	-	3.581		
2023	-	-	-	-	3.634		
2024	-	-	-	-	3.781		
2025	-	-	-	-	3.919		
2026	-	-	-	-	724		
Total	-	-	-	-	18.643		
13. Patrimônio líquido							
a) Capital social: Através do Despacho 2.902, de 17 de setembro de 2021, ficou consignado a aprovação do aumento de capital de R\$ 640.476,6, em 14/11/2019, a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de financiamento de longo prazo com taxas mais estáveis, portanto tocando o perfil de endividamento de exibições circulares para não-circulante. Em 23/08/2019, tivemos a liberação dos subcréditos A e B, no valor de R\$ 400.000, em 14/11/2019 tivemos a liberação dos subcréditos A2 e B2, no valor de R\$ 50.000, e em 23/12/2019 tivemos a liberação dos subcréditos A3 e B3, no valor de R\$ 100.000, cada um. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência, contudo não aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em função da fase de maturação dos projetos, sendo exigíveis apenas a partir dos próximos exercícios. No dia 16 de março de 2021, a Companhia recebeu o desembolso dos subcréditos A4 e B4 no limite de R\$ 17.944 cada um. Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:							
Quotistas							
	Qnt. ações	% (em reais)	Valor ações	Qnt. ações	% (em reais)	Valor (em reais)	
Cymin Construção e Participações (I)	-	-	-	-	-	-	
Participações S.A	-	-	-	-	-	-	
Brazil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	172.750.000	100%	172.750.000	76.500.500	50,00%	76.500.500	
Total	172.750.000	100%	172.750.000	153.001.000	100%	153.001.000	
b) Política de dividendos: Os acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, após a entrada em operação, sendo 0,01% referente ao dividendo mínimo antes do pagamento do exercício:							
Lucro do exercício							
(-) Reserva legal	-	-	-	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	-	-	-	-	-	
c) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, e a reserva de lucros a realizar: A Reserva de Lucros é constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da Realização da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.							
14. Receita operacional líquida							
Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:							
31/12/2021							
Receita de construção - Ativo de contrato	23.284	-	23.284	-	-	206.479	
Receita de construção - Ativo de contrato	223.771	-	223.771	-	-	188.853	
Receita de O&M	5.782	-	5.782	-	-	-	
Outras receitas	(6.055)	-	(6.055)	-	-	-	
(-) PIS e COFINS	(22.827)	-	(22.827)	-	-	(36.566)	
(-) Encargos setoriais (I)	(1.681)	-	(1.681)	-	-	-	
Receita operacional líquida	222.274	-	222.274	-	-	358.746	
(I) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.							
31/12/2021							
Receita de operação e manutenção	5.782	-	5.782	-	-	-	
Custo de operação e manutenção	(3.728)	-	(3.728)	-	-	-	
Total Margem de O&M	2.054	-	2.054	-	-	-	
Margem percebida (%)	36%	-	36%	-	-	-	

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479

188.853

5.782

(6.055)

(22.827)

(1.681)

222.274

5.782

(3.728)

2.054

36%

Receita de construção

23.284

206.479